A “barriga de aluguel” na perspectiva de bioética

Weder Silva Borges Junior¹, Julia Costa Alves Simões², Nathalia Mikaely Ribeiro³, Barbara Esper Baptista da Costa⁴, Kamila de Oliveira Gonçalves Souza⁵, Prof. Livre-docente Dr. Waldemar Naves do Amaral⁶

RESUMO

A gestação de substituição, mais conhecida como “barriga de aluguel”, é definida como a cessão do útero para a gestação de um bebê de outra família, sem a participação genética daquela que carrega o feto. No âmbito da reprodução assistida, é uma alternativa utilizada por casais inférteis para realizar o sonho de serem pais. Este artigo tem por objetivo analisar os aspectos bioéticos envolvidos na gestação de substituição e enfatizar os regimentos legais que regulamentam as práticas éticas dos profissionais da saúde envolvidos nesse processo, por meio de uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Portadoras Gestacionais; Bioética; Reprodução Assistida.

ABSTRACT

Surrogacy in the bioethics perspective

Surrogate pregnancy, better known as “surrogacy,” is defined as the transfer of the uterus for the pregnancy of a baby of another family, without the genetic participation of the woman who carries the fetus. In the context of assisted reproduction, it is an alternative used by infertile couples to fulfill the dream of becoming parents. This article aims to analyze the bioethical aspects involved in surrogate pregnancy and emphasize the legal norms that regulate the ethical practices of health professionals involved in this process, with a literature review.

Keywords: Gestational Carriers; Bioethics; Assisted Reproduction.

-
1. **Acadêmico** do curso de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – e-mail: weder_junior@discente.ufg.br
 2. **Acadêmica** do curso de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – e-mail: juliasimoes@discente.ufg.br
 3. **Acadêmica** do curso de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – e-mail: nathaliamikaely@discente.ufg.br
 4. **Acadêmica** do curso de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – e-mail: barbaraesper@discente.ufg.br
 5. **Mestranda** do curso de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – e-mail: kamilafertile@hotmail.com
 6. **Docente** do curso de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – e-mail: waldemar@sbus.org.br

Correspondência:

Weder Silva Borges Junior – Av. Antônio Martins Borges, 149, apt 704 – Goiânia (GO), Brasil – CEP: 74825020

Introdução

A gestação de substituição, popularmente conhecida como “barriga de aluguel”, é o termo utilizado para a situação na qual uma mulher, referida como a mãe de aluguel, engravida de forma intencional, realizando a gestação e o parto sob demanda de um casal ou um indivíduo, referidos como os “pais pretendidos”. O processo pode ser realizado de maneira altruísta, no qual a mulher recebe apenas pelas despesas relacionadas à gravidez.

Atualmente, a gestação de substituição é um dos métodos de reprodução assistida mais populares no mundo, sendo amplamente utilizada por casais inférteis. Porém, existem vários debates sobre as questões éticas envolvendo a gestação de substituição, principalmente em volta da possibilidade de mercantilização da vida humana e da exploração de mulheres durante o processo.

As desvantagens éticas incluem a exploração por coerção, restrição da autonomia reprodutiva e mercantilização do trabalho reprodutivo de mulheres e crianças. Essas questões ganham ainda mais importância quando a gestação de substituição é comercial e internacional, considerando a crítica de que os corpos de mulheres pobres de países em desenvolvimento são rotineiramente instrumentalizados para benefício de indivíduos ricos de países desenvolvidos e para o lucro da indústria de fertilidade global.

Materiais e metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa de literatura, realizada a partir das seguintes fases: (1) – definição da questão norteadora; (2) – seleção da amostra e delimitação, determinando fatores de inclusão e exclusão; (3) – análise dos artigos selecionados a partir da questão norteadora determinada; e (4) – discussão dos resultados encontrados. A questão norteadora deste trabalho foi o entendimento das gestações de substituição sob perspectiva da bioética. Para a busca de artigos, foram utilizadas as plataformas PubMed e The Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram aplicados os descritores: “Bioética” AND “Reprodução Humana Assistida” AND “Mães Substitutas” or “Mães Gestacionais” OR “Mães de Aluguel”, bem como seus correspondentes em inglês. Identificaram-se 150 artigos e foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos em inglês ou português disponíveis na íntegra, publicados entre os anos de 2015 e 2022. Foram excluídos artigos cujo título ou o conteúdo apresentado no resumo não se adequava ao objetivo do trabalho. Finalmente, foram selecionados seis textos para serem lidos na íntegra e discutidos no trabalho.

Resultados e discussão

Útero de substituição é um método utilizado em casos de ausência parcial ou total do útero, alterações anatômicas e funcionais graves que impossibilitam a implantação ou permanência embrionária.

No Brasil, a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.294, de 27 de maio de 2021, permite a cessão temporária do útero de uma mulher saudável que possua parentesco sanguíneo de até quarto grau com um dos cônjuges, além disso, a cedente temporária deve ainda ter ao menos um filho vivo. Outros casos ficam sujeitos à avaliação e aprovação por parte do CFM. Em casos de casais homoafetivos masculinos, os óvulos para realização da FIV provêm de doadora anônima. Não se pode realizar a escolha do sexo da criança, exceto em casos de identificação de doenças ligadas ao sexo.

Essa resolução proíbe que cessão temporária tenha fins lucrativos ou comerciais no Brasil, impedindo também a intermediação por parte da clínica de reprodução na escolha da mulher que gestará o feto. Logo o termo “barriga de aluguel”, apesar de ser o mais conhecido na sociedade, não é o mais apropriado para descrever essa realidade no país, sendo mais adequado usar o termo de “barriga solidária”, por tratar-se de uma escolha altruísta da cedente. No entanto, os pacientes contratantes dos serviços de reprodução assistida devem se comprometer com o tratamento e acompanhamento médico da mulher cedente do útero até o puerpério.

Para prosseguimento dessa técnica, é responsabilidade da clínica que conste no prontuário da paciente um relatório médico atestando adequação clínica e emocional dos envolvidos, além do termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pacientes e pela cedente, contemplando aspectos biopsicossociais e riscos envolvidos no ciclo gravídico-puerperal, bem como aspectos legais da filiação. Além disso, o Termo de Compromisso entre pacientes e cedentes, que estabelece claramente a questão da filiação da criança, deve ser providenciado e assinado. Dessa maneira, após o nascimento, a criança é registrada pelos pais biológicos e a paciente que cedeu o corpo de forma temporária não terá nenhum direito ou dever sobre ela.

A maternidade por substituição é cercada de problemáticas. A questão bioética na reprodução assistida discute e regulamenta os avanços científicos que se encontram acelerados nessa área. Faz-se necessário levar em consideração a existência e a incidência dos conflitos entre os direitos fundamentais, como a vida, a saúde e o livre planejamento familiar. A nível mundial, o maior debate encontra-se na validade de compensação financeira por serviços de gestação de substituição, havendo diferentes aspectos a serem analisados para que seja evitada a exploração de mulheres que cedem os seus úteros.

Dessa maneira, é consenso entre os textos que é de suma importância a regulamentação de normas que possam auxiliar nas práticas de reprodução humana assistida, em especial na gestação de substituição. Isso se torna, inclusive, uma preocupação à nível mundial, quando se pensa na existência do “turismo de fertilidade” e as questões legais de filiação, direitos e segurança, discriminação geradas por isso. Em território nacional, o Conselho Federal de Medicina regulamenta o assunto, havendo também Projetos de Lei voltados para a cessão temporária do útero. Contudo, avanços ainda são necessários para garantir proteção mais abrangente aos envolvidos nesse processo.

QUADRO 1 – ARTIGOS ANALISADOS

SURROGACY AND “PROCREATIVE TOURISM. WHAT DOES THE FUTURE HOLD FROM ETHICAL AND LEGAL PERSPECTIVES¹	
Autores	Valeria Piersanti, Francesca Consalvo, Fabrizio Signore, Alessandro Del Rio, Simona Zaami
Ano	2021
Objetivos	Analisar legislações de diversos países europeus e não europeus acerca das técnicas de reprodução assistida e gestação de substituição.
Principais achados	O status de legitimidade de técnicas de reprodução assistida varia de acordo com o país analisado, o que, inclusive, pode ocasionar o chamado “turismo de fertilidade”. Para a gestação de substituição não é diferente, devido ao debate entre sua celebração enquanto realização do desejo de indivíduos de serem pais, mas também como passível de questionamentos éticos diante de questões como comercialização, exploração, desigualdade e comercialização. Trata-se de uma questão complexa entre útero de substituição com compensação financeira, altruísta ou completamente proibida, favorecendo o turismo de fertilidade ou mesmo o surgimento de um mercado ilegal.
SURROGACY RELATIONSHIPS: A CRITICAL INTERPRETATIVE REVIEW²	
Autores	Jenny Gunnarsson Payne, Elzbieta Korolczuk, Signe Mezinska
Ano	2020
Objetivos	Interpretar criticamente, sob a perspectiva multidisciplinar, a gestação de substituição em sua realidade mundial.
Principais achados	A gestação de substituição não é, em sua essência, nem ética, nem antiética, mas deve ser analisada em cada contexto para ser categorizada, a depender do potencial de negociação de interesses conflitantes, de garantir direitos reprodutivos de todas as partes envolvidas de maneira satisfatória e de construir um relacionamento sustentável entre as gestantes de substituição, os pais interessados e a criança que nascerá dessa prática; antes, durante e depois da concepção, gravidez e nascimento.

REGULATING THE INTERNATIONAL SURROGACY MARKET: THE ETHICS OF COMMERCIAL SURROGACY IN THE NETHERLANDS AND INDIA³	
Autores	Jaden Blazier e Rien Janssens
Ano	2020
Objetivos	Explorar o que seria uma remuneração ética para a gestação de substituição e sugerir relações para garantir isso em um contexto internacional.
Principais achados	A comercialização da gestação de substituição poderia ser justificada, mas a forma e sob quais circunstâncias variam de acordo com o contexto. Para isso, as mulheres que cedem seus úteros deveriam ser compensadas com um valor suficiente e de acordo com regulações previamente estabelecidas. Assim, essa seria uma forma de trabalho reconhecida, com salário justo e padrões de segurança, para que seja evitada a exploração econômica dessas mulheres.
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E SEUS IMPACTOS NA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA⁴	
Autores	Daniela Gonçalves
Ano	2022
Objetivos	Estudar o direito comparado ao observar como outros países tratam a gravidez de substituição e como agem para efetivá-la; abordar normas éticas da Resolução do CFM; e analisar os impactos da gravidez de substituição na família contemporânea.
Principais achados	A sociedade brasileira depara-se com a falta de legislação acerca da reprodução humana assistida, em especial da técnica de gravidez de substituição. No país, essas práticas ainda são pautadas por resoluções e projetos de lei. Diante dos impactos da gestação de substituição na definição de família contemporânea, é essencial melhor regulação da prática, para que todos os envolvidos estejam protegidos.
ÉTICA EM REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA⁵	
Autores	Waldemar Naves do Amaral, Lívia Pereira do Vaz, Eloá de Andrade Ferreira, Lucca Lopes Martins, Patrícia Mendonça Leite
Ano	2022
Objetivos	Discutir os parâmetros éticos que guiam a área da Reprodução Humana Assistida.
Principais achados	Existem regulamentos para a realização das técnicas de reprodução assistida, como restrição de idade, comparação entre risco/benefício e proibição de certas práticas. Em relação à cessão temporária do útero não é diferente, não podendo ser feita no Brasil com caráter lucrativo ou comercial e havendo restrições para quem pode gestar a criança e necessidade de documentação específica.
A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA SOB OS ASPECTOS BIOÉTICOS E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA RELAÇÃO PATERNO FILIAL⁶	
Autores	Felipe Ferreira Correia
Ano	2019
Objetivos	Abordar, sob o ponto de vista da bioética, possíveis conflitos que a Reprodução Humana Assistida pode gerar.
Principais achados	Do ponto de vista bioético, contrapõem-se dois direitos fundamentais na Reprodução Assistida: o direito à procriação, que é o Direito Constitucional do livre planejamento familiar e o direito à vida e à saúde da criança, que é protegida nos documentos legais nacionais e internacionais. Podem surgir conflitos nas relações parentais geradas pelas inseminações heterólogas, com indagações de ordem ética, moral e de filiação.

Conclusão

Considerando as discussões sobre o método conhecido como útero de substituição, percebe-se que o procedimento é muito importante para realização da maternidade e paternidade de diversas pessoas que não podem gerar seus próprios filhos, tendo se popularizado na contemporaneidade. Entretanto, no Brasil, diferentemente da Europa e dos EUA, ainda não existe uma legislação específica e ampla sobre o procedimento. Assim, tal fato abre caminho para diversas dúvidas e conflitos de natureza bioética que podem surgir durante o processo, já que não são regulamentadas. Entre elas a possibilidade de mercantilização do processo reprodutivo e da exploração de mulheres durante o processo, além de poder gerar conflitos das mais diversas espécies entre doadores e genitores. Atualmente, a técnica é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), porém, o assunto não é abordado completamente. Portanto, é necessário que legislação acerca do procedimento de útero de substituição seja criada, para que problemas de natureza bioética não surjam ou não se tornem recorrentes. Assim, a técnica poderá ser melhorada e ampliada no país, trazendo todos os benefícios que a medicina moderna pode oferecer à população, sem romper com a bioética.

Referências

1. Piersanti V, Consalvo F, Signore F, Del Rio A, Zaami S. Surrogacy and “Procreative Tourism”. What Does the Future Hold from the Ethical and Legal Perspectives?. *Medicina* [Internet]. 2021 [acesso 20 out. 2022];57(1):47. doi: 10.3390/medicina57010047
2. Gunnarsson Payne J, Korolczuk E, Mezinska S. Surrogacy relationships: a critical interpretative review. *Ups J Med Sci* [Internet]. 2020 [acesso 20 out. 2022];125(2):183-91. doi: 10.1080/03009734.2020.1725935
3. Blazier J, Janssens R. Regulating the International Surrogacy market: the Ethics of Commercial Surrogacy in the Netherlands and India. *Med Health Care Philos* [Internet]. 2020 [acesso 20 out. 2022];23(4):621-30. doi: 10.1007/s11019-020-09976-x
4. Correia FF. A reprodução humana assistida sob os aspectos bioéticos e sua influência na formação da relação paterno filial. [Tese]. Presidente Prudente: Centro Universitário Anônimo Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente; 2019.
5. Amaral WN, Vaz LP, Ferreira EA, Martins LL, Leite PM. Ética em Reprodução Assistida. In: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás. Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia. Ética em Ginecologia e Obstetrícia. Brasília, DF: CFM; 2021. p. 99-108.
6. Gonçalves D. Reprodução Humana Assistida e Seus Impactos Na Família Contemporânea. *Rev Direito Consc* [Internet]. 2022 [acesso 20 out. 2022];1(1):177-90. Disponível: <https://revistas.unifoa.edu.br/direitoeconsciencia/article/view/4110/2932>

Recebido em: 25/10/2022

Revisões requeridas: 18/11/2022

Aprovado em: 18/11/2022